

A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?

Ana Amélia Camarano*, Maria Tereza Pazinato**,
Solange Kanso*** e Caroline Vianna***

“A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que ele produz. Sabem-no muito bem os jovens. Sua ansiedade no momento de abordar a vida social é simétrica à angústia dos velhos na hora de serem dela excluídos. No ínterim, a rotina se encarrega de mascarar os problemas. O jovem teme a máquina que o vai abocanhar e procura, de quando em quando, defender-se a golpes de paralelepípedos; ao velho, por ela repellido, esgotado e nu, só lhe restam os olhos para chorar.”

(Simone de Beauvoir, *A velhice*, 1970)

1. Introdução

A distribuição da população por grupos etários é um determinante importante da demanda por políticas e serviços públicos bem como da oferta de força de trabalho. Isto leva a que a população seja tradicionalmente dividida em dois grupos: “os dependentes”, formados pelas crianças e idosos, e “os ativos”, os que participam da atividade econômica.

A transição entre um grupo e outro se dá, principalmente, através do mercado de trabalho: a inserção e o retiro. No mundo atual, ambas as transições estão desafiando a sociedade, o Estado e a família. A transição da infância/juventude para a vida adulta vem acontecendo em quase todo o mundo cada vez mais tarde e com restrições crescentes. Uma tendência quase universal é o adiamento da idade em que os filhos saem da casa dos pais. O período em que os filhos passam como economicamente dependentes tem crescido devido à instabilidade do mercado de traba-

lho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas. Além disso, uma parcela não-desprezível dos jovens do sexo masculino morre antes de alcançar a vida adulta, pela violência.¹

O retiro da atividade econômica também traz desafios pela perda de papéis sociais dos indivíduos, o aparecimento de novos (ser avô/ avó), que é muitas vezes associado ao aparecimento de doenças crônico-degenerativas, perda de autonomia para o desempenho das atividades do cotidiano etc. Para o Estado e a mídia em geral, a preocupação com a saída da atividade econômica ocorre pelos encargos que isso acarreta para a Previdência Social, os serviços de Saúde etc.

A demografia costuma definir como segmento ativo o de 15 a 65 anos. No entanto, nem todas as pessoas nesse grupo etário participam do mercado de trabalho e, por outro lado, uma parcela não-desprezível de idosos e crianças também participa da atividade econômica. O período de inserção é, provavelmente, um período instável e incerto e é um passo importante para a transição da juventude para a idade adulta. Pode representar, ao mesmo tempo, uma fonte de esperanças no futuro, pela possibilidade de mobilidade social e/ou de frustrações, pois pode significar também rotinas, precariedade e exclusão social.

* Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

** Da Ence/IBGE.

*** Assistente de Pesquisa no IPEA.

1. Por exemplo, 3,8% dos jovens de 15 a 24 anos não sobrevivem ao 25º aniversário por causas violentas.

No Brasil de hoje, essa complexidade é somada ao fato de esse segmento populacional ainda apresentar taxas elevadas de crescimento populacional, não obstante a baixa fecundidade em curso no país desde os anos 1970. Para Salm (1992), esse contingente pressiona um mercado de trabalho retraído, que exige elevada qualificação, experiência profissional e deixa os jovens à margem, a despeito de sua melhor escolaridade. Por outro lado, esse não é um segmento populacional alvo de políticas públicas específicas, ao contrário do que ocorre com o grupo formado pela população idosa.

Este trabalho busca levantar algumas características do processo de transição do jovem brasileiro da infância para a vida adulta. A pergunta levantada aqui é se a transição, hoje, é diferente de há anos e de como os jovens brasileiros têm reagido a isso. Por transição está se entendendo a inserção no mercado de trabalho e a constituição de uma nova família. A análise é baseada nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 2001.

Tendo isto em mente, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. A Seção 2 traça um breve perfil demográfico e social dos jovens brasileiros. A Seção 3 analisa o processo de formação de família desses jovens. Na Seção 4, consideram-se algumas questões relacionadas com o processo de inserção no mercado de trabalho desses jovens. A Seção 5 apresenta as considerações finais sobre os resultados.

O primeiro problema deparado neste trabalho é com o estabelecimento dos limites etários que definem o segmento populacional estudado. Fala-se sempre de população jovem, mas não existe uma definição precisa do que se trata em termos de idade. O que se pretende é analisar o segmento que experimenta a transição da infância para a vida adulta. Por adolescência em geral, considera-se o grupo etário de 13 a 19 anos. No entanto, reconhece-se que a vida adulta está começando mais tarde, muito embora a sexualidade comece mais cedo. A Organização Mundial de Saúde define o período da “juventude” como o compreendido entre 15 e

24 anos. Decidiu-se, então, trabalhar com esse grupo etário, embora se saiba que foi uma escolha arbitrária. Reconhece-se, no entanto, que a vivência da juventude pode variar segundo regiões geográficas, classes sociais, raça, gênero etc.

O limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior faz referência ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, procuram entrar no mercado de trabalho e constituem sua própria família, caracterizando, assim, a transição para a fase adulta. A análise compara homens com mulheres e leva também em conta algumas diferenças por regiões geográficas.

2. Quantos são, onde estão e o que fazem os jovens brasileiros?

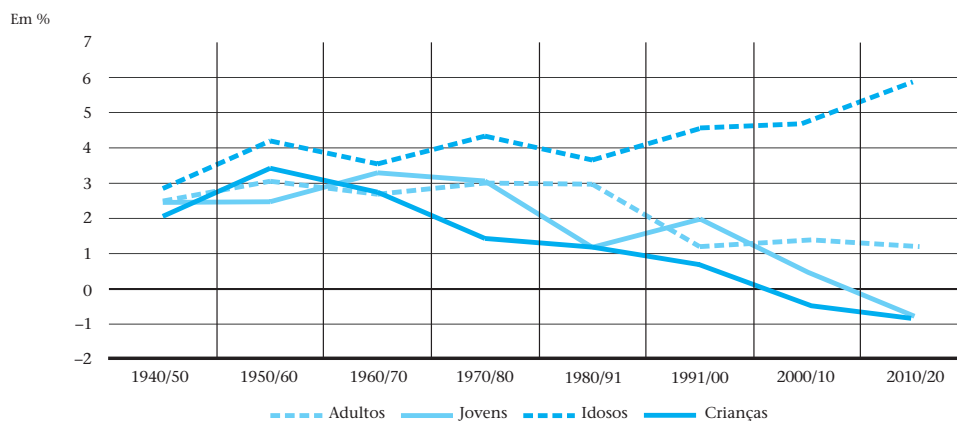
2.1. Quantos são os jovens?

Segundo Bercovich e Madeira (1990), embora as mulheres brasileiras nascidas nas décadas de 1950 e 1960 tenham apresentado níveis de fecundidade muito mais baixos do que as suas mães, o seu grande volume fará com que a população continue a crescer ainda por um tempo expressivo. Esse crescimento populacional residual, denominado inércia demográfica, é um dos determinantes das ondas jovens² que se verificaram entre as décadas de 1980 e 1990, com profundos efeitos sociais e demográficos. Cita-se, por exemplo, o crescimento que ela provoca na população em idade ativa (PIA).

O Censo Demográfico de 2000 contou 34 milhões de brasileiros no grupo de 15 a 24 anos. Esse contingente é resultado de uma dinâmica demográfica de aproximadamente 25 anos. O Gráfico 1 apresenta as taxas médias de crescimento dos quatro principais subgrupos populacionais: crianças, jovens, adultos e idosos. Pode-se observar que o cres-

2. Aqui consideradas no plural em razão de sua natureza e intensidade variáveis, tanto temporal quanto espacial.

GRÁFICO 1
TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL — BRASIL, 1940-2000 E
PROJEÇÕES PARA 2010 E 2020



Fonte: IBGE, censos demográficos e projeções da Coordenadoria de Família e População.

cimento da população não se dá de forma linear e monotônica. As taxas de crescimento dos diversos subgrupos, com exceção do das crianças, apresentam oscilações. A dinâmica demográfica, como salientado por Bercovich e Madeira (1990), acontece de forma ondular, em função dos tamanhos diferenciados de coortes diferenciadas.

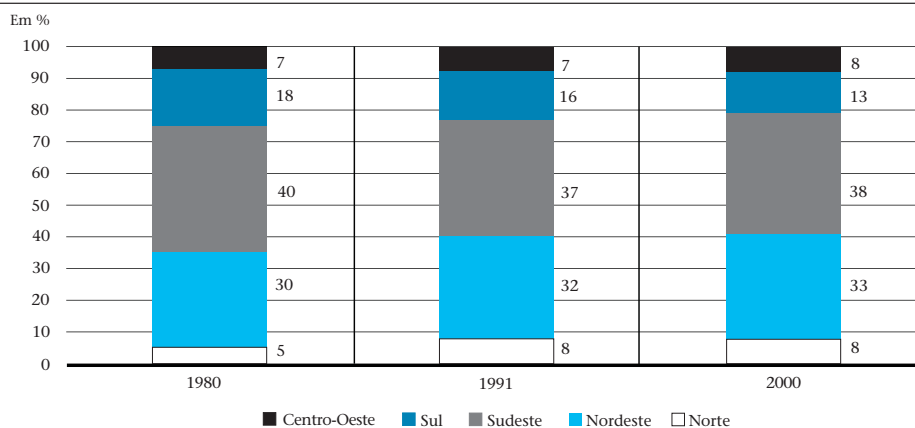
A razão de sexos do contingente jovem é de um, ou seja, metade deste é constituída por homens e metade por mulheres. A participação relativa desse contingente no total nacional não se alterou muito; declinou de 21% em 1980 para 20% em 2000. Em relação à PIA, a variação foi mais expressiva, que decresceu de 27,5% para 25%. Ainda que não se tenha observado variações significativas

na participação relativa da população jovem, o seu incremento absoluto não pode ser desprezado. Este foi de 3,5 milhões entre 1980 e 1991 e de 5,5 milhões entre 1991 e 2000.

2.2. Onde estão os jovens?

A sua distribuição pelo território nacional acompanha de perto a distribuição da população total (ver Gráfico 2). Visto que grande parte da população brasileira está concentrada na região Sudeste, o mesmo acontece com a população jovem. Embora essa proporção tenha decrescido ligeiramente entre 1980 e 2000, neste último ano ainda se encontravam nessa região 38% da população jovem brasileira. Por outro lado, as regiões

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS JOVENS DE CADA REGIÃO NO TOTAL DOS JOVENS
BRASILEIROS — 1980, 1991 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram participações crescentes no total da população jovem brasileira.

O Gráfico 3 apresenta a participação relativa dos jovens de cada região no total da população de suas regiões em 1980, 1991 e 2000. Essas proporções decresceram em todas as regiões, com exceção das regiões Norte e Nordeste. A distribuição espacial da população brasileira é consequência de taxas de crescimento vegetativo diferenciadas e de movimentos migratórios. Os jovens constituem um grupo com alta propensão a migrar. Por exemplo, as mais altas taxas de migração rural-urbana são encontradas para esse grupo etário [Camarano e Abramovay (1999)].

Dos 34 milhões de jovens brasileiros em 2000, 12% eram constituídos de pessoas que, neste ano, não residiam no mesmo município em que moravam em 1995.³ Essa proporção varia entre as regiões. Ela foi mais alta na região Centro-Oeste, 19% e mais baixa na região Nordeste, 9,3%.⁴

2.3. O que fazem os jovens?

Reconhece-se que o grupo aqui chamado de jovens é um grupo bastante heterogêneo. Por exemplo, parte desse contingente já deveria ter terminado o ensino superior e/ou curso médio e deveria estar se preparando para a entrada no mercado de trabalho. No entanto, já foi observado que grandes parcelas de jovens brasileiros não apresentam níveis de

escolaridade condizentes com a idade e já participam do mercado de trabalho [Camarano *et alii* (2001)].

Este trabalho classifica os jovens brasileiros segundo a sua participação no mercado de trabalho e freqüência à escola.⁵ Estes foram classificados em quatro grupos: só estudam, estudam e trabalham, só trabalham e nem estudam nem trabalham. Dada a heterogeneidade do grupo, este foi dividido em três subgrupos: 15-17, 18-19 e 20-24 anos. A Tabela 1 apresenta o perfil social e econômico dos jovens brasileiros em 1981 e 2001 no que se refere a sua participação no mercado de trabalho e na escola.

Observam-se duas tendências no período de tempo considerado: o aumento da freqüência à escola e a redução da proporção de jovens apenas ocupados. A única exceção ocorre entre jovens mulheres com idades compreendidas entre 20 e 24 anos cuja proporção apresentou um ligeiro acréscimo. Isso deve refletir o aumento generalizado da participação feminina no mercado de trabalho. Entre as mulheres, reduziu a proporção das que não estudam e nem trabalham.

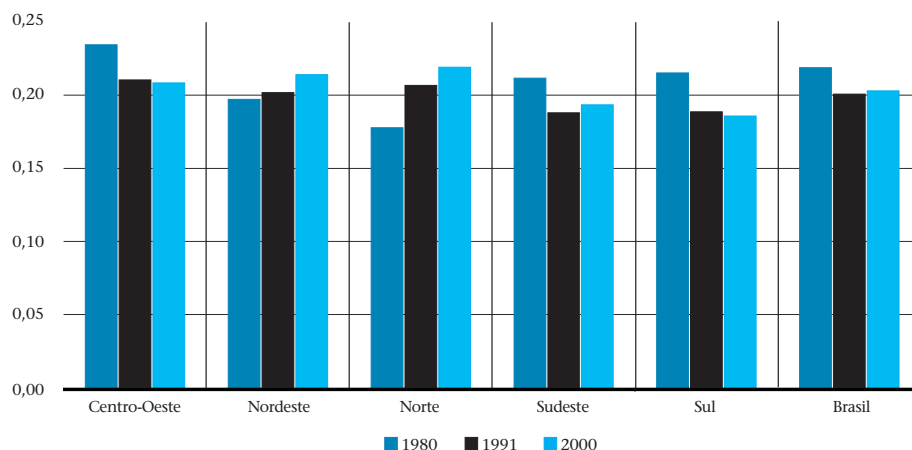
Quando se considera freqüência à escola como um fator positivo, com implicações

3. Neste caso, está se considerando a migração intermunicipal realizada no período 1995-2000.

4. Dados não mostrados, extraídos do Censo Demográfico de 2000.

5. A decomposição do grupo jovem por essas categorias já foi feita em outro trabalho ver [Camarano *et alii* (2001)].

GRÁFICO 3
PROPORÇÃO DE JOVENS NAS GRANDES REGIÕES E BRASIL — 1980, 1991 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO E
FREQUÊNCIA À ESCOLA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — BRASIL, 1981

	ESTUDA E É OCUPADO		É SÓ OCUPADO		SÓ ESTUDA		NEM ESTUDA NEM É OCUPADO	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
HOMENS								
15-17	19,7	26,1	38,9	10,6	32,7	56,0	8,7	7,3
18-19	16,8	24,4	56,4	34,8	16,2	27,5	10,6	13,2
20-24	11,4	15,8	74,0	60,4	5,9	9,8	8,7	14,0
15-24	15,4	20,9	58,0	39,2	17,4	28,1	9,1	11,8
MULHERES								
15-17	9,8	15,3	22,3	5,6	43,2	64,7	24,7	14,4
18-19	12,0	16,5	28,4	20,0	24,0	34,2	35,6	29,2
20-24	8,6	13,2	34,0	35,3	8,7	13,6	48,7	37,9
15-24	9,7	14,5	28,8	23,0	23,6	33,6	37,8	28,8

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 2
ESCOLARIDADE MÉDIA DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO, SEGUNDO
GRUPOS DE IDADE — BRASIL, 1981 E 2001

	ESTUDA E É OCUPADO		É SÓ OCUPADO		SÓ ESTUDA		NEM ESTUDA NEM É OCUPADO	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
HOMENS								
15-17	5,0	6,2	3,0	4,6	5,7	6,7	3,5	4,4
18-19	7,0	7,6	3,9	6,5	8,1	8,1	4,6	6,7
20-24	9,0	8,7	4,7	7,0	10,4	9,4	5,3	6,6
15-24	6,8	7,4	4,2	6,7	6,9	7,4	4,5	6,2
MULHERES								
15-17	5,6	7,3	3,5	5,5	6,0	7,1	3,4	5,1
18-19	7,5	8,7	4,6	8,4	7,9	8,4	4,3	6,7
20-24	9,8	10,1	6,0	8,9	9,5	9,3	4,5	6,8
15-24	7,8	8,8	5,1	8,5	7,0	7,8	4,2	6,5

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

importantes para a formação pessoal e profissional, pode-se dizer que, na sua grande maioria, os jovens de hoje encontram-se em melhores condições do que os de aproximadamente há 20 anos. Por outro lado, ainda que numericamente menos significativo, um fator preocupante é o aumento observado na percentagem de jovens com mais de 18 anos do sexo masculino que não trabalham nem estudam. Isso ocorreu a despeito de jovens terem apresentado ganhos relativamente expressivos no número de anos de estudo no período analisado (Tabela 2). Desses, quase metade dos homens estava procurando trabalho e 48% das mulheres já tinham constituído as suas famílias, ou seja, eram

cônjuges (44,8%) ou chefes dos domicílios. Além disso, 58% já tinham tido filhos.

Desde 1981, a escolaridade feminina apresenta-se mais elevada que a masculina, sendo a diferença tanto maior quanto mais velha for a faixa etária analisada. Isso só não se verificou para o ano de 1981 entre os que só estudam e que não estudam e nem trabalham de 18 a 24 anos. Neste caso, a escolaridade masculina é mais elevada que a feminina. Observaram-se ganhos expressivos no período para ambos os sexos. Os maiores ocorreram entre os jovens só ocupados e os que não estudam e nem trabalham, principalmente entre as mulheres. Ganhos reduzidos

foram verificados para os que estudam, mas os níveis eram mais elevados em 1981 e assim continuaram em 2001. Neste caso, os incrementos foram maiores para os homens.

2.4. Condições de vida

Se as condições de vida dos jovens brasileiros forem avaliadas pelo nível de pobreza dos domicílios onde residem, observa-se que, tanto entre os homens como entre as mulheres, os que estão ocupados, ainda que estudando, são os que se encontram em melhores condições de vida (Tabela 3). Entre eles, é baixa a proporção dos que não tinham nenhum rendimento. Entre os que estudam e trabalham mais de 3/4 ainda não havia completado a transição para a vida adulta, mesmo entre os mais velhos, ou seja, ainda moravam na casa dos pais na condição de filhos. Dos jovens do sexo masculino, 1/4 era chefe de família e 1/3 das mulheres era cônjuge ou chefe. Tais proporções crescem com a idade. Como era de se esperar, os dados sugerem uma associação entre constituição de família e inserção no mercado de trabalho mais clara para os homens.

Os jovens em piores condições de vida são os que não estudam e nem estão ocupados. Isso se verifica para ambos os sexos. Observa-se também nesse grupo a maior proporção de jovens sem nenhum rendimento e a de pessoas procurando trabalho (Tabela 3). Por outro lado, 44,8% dos jovens do sexo feminino eram cônjuges do chefe e 58% já tinham tido filhos. O que chama a atenção é que entre as jovens que vivem nas condições mais precárias é que se encontra a maior proporção das que já formaram suas próprias famílias. Não se sabe se essas mulheres deixaram de estudar e trabalhar porque tiveram filhos e constituíram famílias ou se foi porque buscavam um papel social. Entre os jovens do sexo masculino, aí se encontra a segunda maior proporção de chefes.

Uma parcela não-desprezível dos jovens que estão apenas estudando está também procurando trabalho — 19,5% dos homens e 15,2% das mulheres, proporção essa crescente com a idade. A situação dos indivíduos

na família é bastante diferenciada entre os sexos. Aproximadamente 88% dos jovens do sexo masculino encontravam-se na categoria de filhos; proporção que decresce com a idade, mas 83% dos jovens entre 20 e 24 anos ainda moravam com os seus pais. Para as mulheres, as proporções comparáveis são mais baixas. O fato de esses jovens não estarem inseridos no mercado de trabalho pode ser um entrave importante para o processo de constituição de suas famílias. O mesmo não parece ocorrer com as mulheres.

3. O processo de formação de família

Considera-se que o jovem constitui a sua família quando deixa a casa dos pais e assume a chefia de um domicílio ou se casa, tornando-se cônjuge do domicílio. O primeiro fator é estreitamente relacionado à inserção no mercado de trabalho e pressupõe, de alguma forma, uma independência econômica. A demografia reconhece que uma nova família é constituída quando do casamento ou do nascimento do primeiro filho. Não se está considerando aqui a segunda possibilidade, pois, em 2001, 35,3% das jovens brasileiras que tiveram filhos moravam na casa dos pais na condição de filhas ou em casa de parentes.

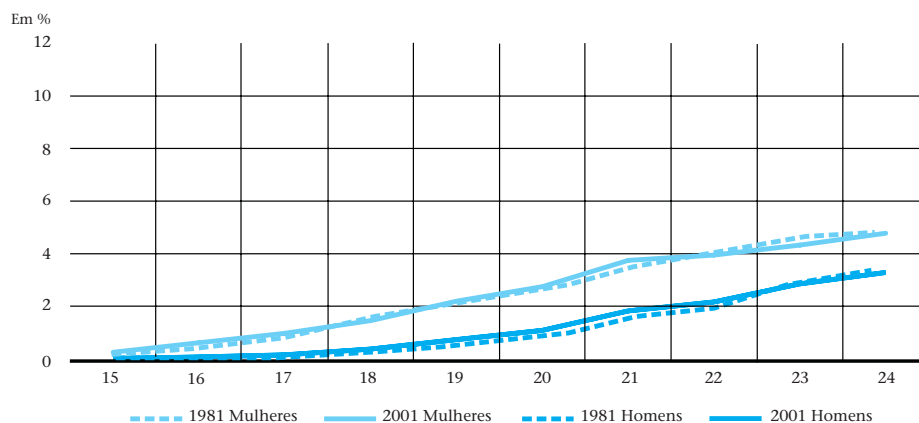
O Gráfico 4 apresenta as probabilidades por sexo e idade simples de um jovem vir a ser chefe ou cônjuge. Observa-se que as chances de uma mulher vir a constituir a sua própria família são mais altas do que para os homens. Isso se dá, provavelmente, pelo fato de a “independência” feminina acontecer apenas pelo casamento. De acordo com a Tabela 4, em 1981, aproximadamente 25% das mulheres jovens formaram a sua família antes dos 25 anos. Em média, isso aconteceu aos 21,4 anos. Quanto aos jovens do sexo masculino, apenas 11,7% chegaram aos 25 anos tendo constituído suas próprias famílias. Entre 1981 e 2001, não se observaram variações expressivas nesses indicadores de transição. Em outras palavras, nos 20 anos estudados não parece ter havido um adiamento da idade em que a população de 15 a 24 anos sai da casa de pais ou parentes. Isso pode estar acontecendo com as pessoas mais velhas.

TABELA 3
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS — BRASIL, 2001

	HOMENS				MULHERES			
	15-17	18-19	20-24	TOTAL	15-17	18-19	20-24	TOTAL
JOVENS QUE ESTUDAM E SÃO OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	42,8	29,1	18,7	30,9	34,9	22,0	12,6	22,1
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	33,8	18,0	8,8	20,9	20,7	8,1	5,4	11,0
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,4	3,3	13,3	5,7	0,4	0,95	5,33	2,70
CÔNJUGE	0,08	0,02	0,42	0,19	1,5	5,25	14,25	7,98
FILHO	90,5	85,8	74,9	83,8	85,5	78,19	66,14	75,30
OUTRO	9,0	10,9	11,3	10,3	12,5	15,60	14,3	14,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	2,1	7,3	24,1	7,9
JOVENS QUE ESTÃO SÓ OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	51,4	33,7	26,3	29,8	43,2	20,8	18,8	21,0
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	23,5	11,1	5,7	8,2	19,1	8,7	6,3	7,7
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	4,24	9,88	31,18	24,80	0,78	2,25	6,84	5,54
CÔNJUGE	0,16	0,43	1,15	0,93	16,46	17,55	32,78	28,77
FILHO	80,08	74,50	54,87	60,78	61,05	64,97	47,45	51,69
OUTRO	15,52	15,19	12,80	13,49	21,70	15,23	12,93	14,00
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	19,36	24,05	42,55	37,42
JOVENS QUE SÓ ESTUDAM								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	38,5	33,0	29,5	35,9	38,2	35,0	28,5	35,7
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	12,8	27,2	35,1	19,5	10,0	21,5	24,1	15,2
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	96,8	95,5	92,1	95,7	96,2	94,2	91,7	94,9
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,1	1,1	4,4	1,0	0,1	0,8	2,4	0,7
CÔNJUGE	0,0	0,1	0,1	0,1	1,2	4,5	16,3	4,8
FILHO	90,0	87,1	83,4	88,3	87,4	82,0	68,2	82,5
OUTRO	9,8	11,6	12,2	10,6	11,3	12,8	13,2	12,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	2,0	7,9	21,5	7,1
JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM SÃO OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	62,6	46,3	47,6	50,2	52,9	43,5	46,9	47,1
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	29,0	47,0	53,1	46,9	14,2	25,0	24,0	22,7
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	94,7	95,3	92,7	93,7	94,3	93,1	91,6	92,3
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,8	2,5	11,6	7,3	1,3	1,6	3,6	2,8
CÔNJUGE	0,2	0,2	0,8	0,5	25,6	34,4	52,9	44,8
FILHO	84,7	80,5	74,6	78,0	52,9	49,5	32,8	39,4
OUTRO	14,4	16,7	13,0	14,2	20,2	14,5	10,7	13,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	32,2	47,7	67,7	58,0

Fonte: IBGE/PNAD de 2001.

GRÁFICO 4
PROBABILIDADE DE O JOVEM SE TORNAR CHEFE OU CÔNJUGE, SEGUNDO SEXO E IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 4
INDICADORES DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA — BRASIL, 1981 E 2001
[em %]

	PROPORÇÃO QUE FORMOU FAMÍLIA		IDADE MÉDIA		PROPORÇÃO NA PEA		IDADE MÉDIA	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
HOMENS	11,66	12,55	22,28	22,04	79,72	71,13	19,59	20,02
MULHERES	24,69	25,02	21,40	21,28	41,78	49,13	19,51	20,16

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

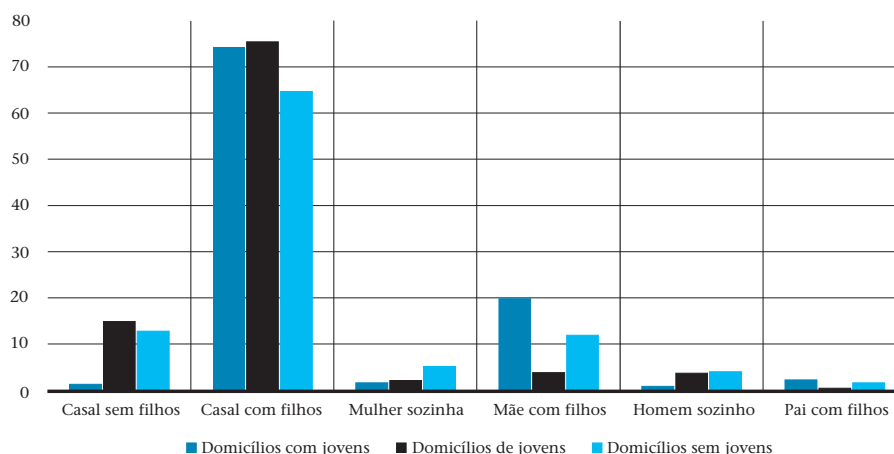
A questão que se coloca agora é avaliar as condições de vida das famílias constituídas pelos jovens comparativamente às das famílias onde os jovens são filhos ou outros parentes. Os domicílios com jovens residindo foram divididos em dois grupos: *domicílio de jovens*, onde o jovem é chefe ou cônjuge, e *domicílios com jovens*, onde os jovens moram na condição de parentes do chefe.

Em 2001, encontravam-se jovens em 45% dos domicílios brasileiros. Os *domicílios de jovens* constituíam 10% do total de domicílios brasileiros e quase 1/4 dos domicílios com jovens residindo. Esses são formados, na grande maioria (75%), por casais com filhos. Aproximadamente 15% são casais sem filhos. É baixa a proporção de domicílios chefiados por mulheres, o que pode ser explicado pelo fato de as cônjuges jovens serem um dos elementos definidores dessa categoria. Os *domicílios com jovens* também são compostos, principalmente, por casais com filhos. Em segundo lugar em importância aparecem os constituídos por mães com filhos (Gráfico 5).

A Tabela 5 apresenta algumas características dos *domicílios de jovens* e *com jovens* comparados aos *domicílios sem jovens*. Observa-se que são esses últimos os que estão em melhores condições de vida, se essas forem medidas pela renda domiciliar *per capita* e pela proporção de domicílios acima da linha de pobreza. Estes são, também, domicílios menores e apresentam uma proporção menor dos casais com filhos. Os que estão em piores condições de vida são os *domicílios de jovens*, o que está associado ao seu momento no ciclo de vida. Nesses domicílios, encontram-se um menor número de pessoas e jovens que trabalham e uma maior dependência da renda do chefe. A escolaridade dos jovens aí residindo é mais baixa que a dos demais jovens.

Os *domicílios com jovens* são maiores, apresentam um maior número de jovens e uma proporção maior de chefes mulheres. Apresentam um número maior de pessoas que trabalham e uma dependência menor da renda do chefe. A contribuição da renda do jovem no orçamento domiciliar é baixa: 15,5%.

GRÁFICO 5
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS — 2001



Fonte: IBGE/PNAD de 2001.

TABELA 5
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS

	DOMICÍLIOS COM JOVENS	DOMICÍLIOS DE JOVENS	DOMICÍLIOS SEM JOVENS
TAMANHO MÉDIO	4,7	3,2	3,0
NÚMERO MÉDIO DE JOVENS	1,6	1,4	-
SEXO DO CHEFE			
HOMENS	72,4	90,0	74,8
MULHERES	27,6	10,0	25,2
IDADE MÉDIA DO CHEFE	49,5	26,2	48,0
RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	266,9	184,9	349,0
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	30,0	43,7	26,9
NÚMERO DE FILHOS	2,39	1,09	1,13
ESCOLARIDADE DO CHEFE	5,4	6,4	6,0
ESCOLARIDADE DO JOVEM	7,7	6,7	-
NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM	2,9	1,5	1,6
NÚMERO DE JOVENS QUE TRABALHAM	1,1	0,9	-
CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO JOVEM	15,5	47,3	-
CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO CHEFE	59,8	74,9	71,00

Fonte: IBGE/PNADs de 2001.

Esses arranjos domiciliares estão em piores condições de vida do que os *domicílios sem jovens*.

4. O processo de inserção no mercado de trabalho

A condição de jovem encerra, ao mesmo tempo, potencialidades associadas a sua capacidade de mudanças, de experimentar inovações e vulnerabilidades conjugadas à baixa

experiência profissional. Os jovens experimentam uma escolaridade mais elevada, cresceram em meio ao desenvolvimento da microeletrônica, da informatização e puderam adaptar-se às mudanças delas decorrentes. Por outro lado, a reestruturação produtiva tem aumentado a competitividade do mercado de trabalho, tornando cada vez mais difícil a obtenção do primeiro emprego, o que lhes poderia agregar experiência. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada.

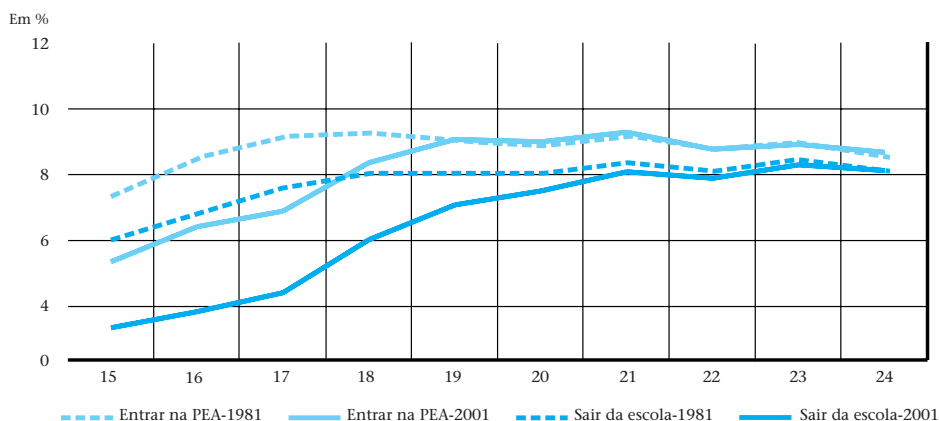
A Tabela 4 mostra que a idade média de entrada na população economicamente ativa (PEA) aumentou em aproximadamente meio ano, tanto para homens quanto para mulheres, entre 1981 e 2001. No caso da população masculina, menos jovens chegam aos 24 anos fazendo parte da PEA. Essa porcentagem declinou de 79,7% para 71,1% nos 20 anos considerados. Já entre as mulheres, observou-se um aumento na proporção comparável de 41,5% para 49,7%. Por outro lado, os Gráficos 6 e 7 mostram que diminuiu a probabilidade de um jovem sair da escola para ambos os sexos.

No caso da população masculina, a redução da probabilidade de ingresso na PEA ocorreu entre os 15 e os 19 anos de idade. A par-

tir dessa idade, ela não variou em relação a 1981. Já a probabilidade de saída da escola reduziu-se até os 22 anos e não se alterou a partir daí. Parte da redução da participação masculina na atividade econômica tem sido explicada por muitos autores pelo “desemprego pelo desalento”. Isto se dá pelo reconhecimento *a priori* da dificuldade de obtenção de emprego, o que faz com que os jovens desistam até de procurá-lo. Entre as mulheres, a probabilidade de ingresso na PEA decresceu entre as de 15 e 17 anos e cresceu a partir daí. A probabilidade de saída da escola decresceu em todas as idades, mas a magnitude do decréscimo é inversamente proporcional à idade.

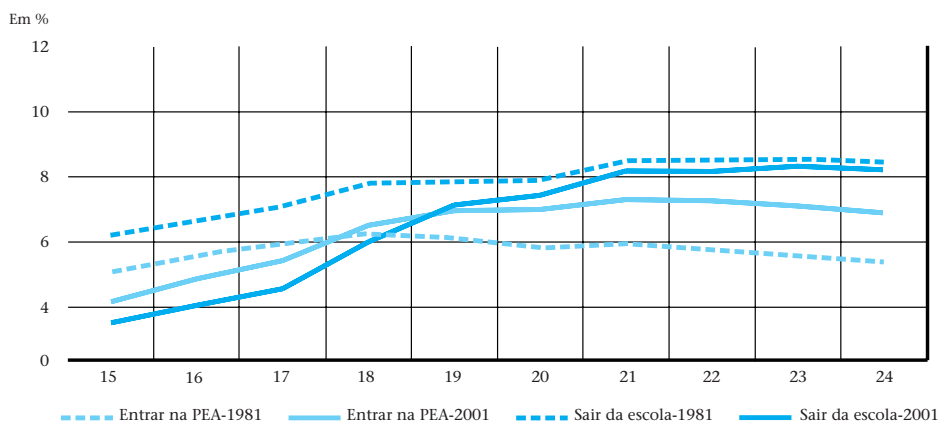
O fato de um jovem participar da PEA não quer dizer que ele esteja ocupado. Pelo con-

GRÁFICO 6
PROBABILIDADE DE O JOVEM BRASILEIRO ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E SAIR DA ESCOLA, SEGUNDO A IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

GRÁFICO 7
PROBABILIDADE DE A JOVEM BRASILEIRA ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E SAIR DA ESCOLA, SEGUNDO A IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

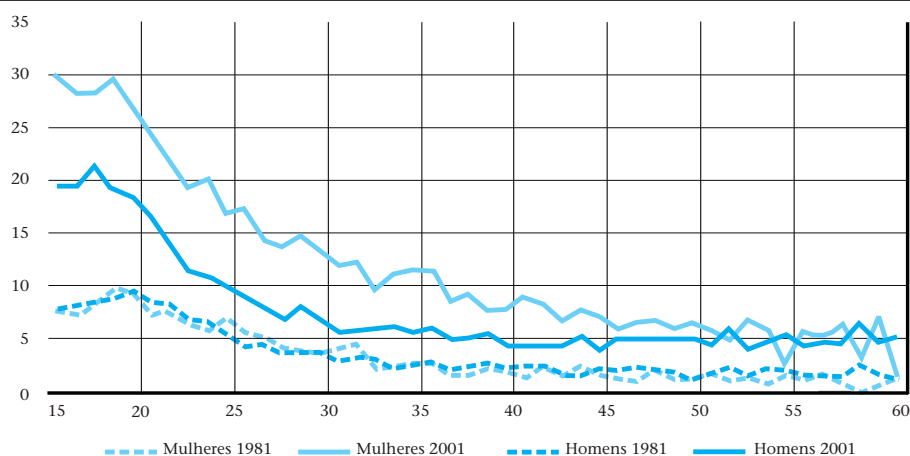
trário, o aumento da participação feminina tem sido considerado como um dos fatores responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego feminino. Pode-se observar, pelo Gráfico 8, o grande aumento verificado nas taxas de desemprego da população brasileira ocorrido entre 1981 e 2001. Esse aumento foi maior para as mulheres e para a população jovem. A taxa de desemprego do segmento jovem cresceu de 7,8% para 18,9%. A taxa correspondente para as mulheres variou de 7,7% para 23,6% no período estudado.

As taxas de desemprego não mostram uma relação linear com o aumento da escolaridade (Gráfico 9). No ano de 2001, as maiores taxas são observadas para homens e mulheres com cinco a oito anos de estudo. A partir

daí, os níveis mais altos de escolaridade resultam em taxas mais baixas para as mulheres. Para os homens, a redução só ocorre para os jovens com mais de 12 anos de estudo. Entre 1981 e 2001, o maior crescimento nas taxas de desemprego masculinas ocorreu para o grupo de escolaridade mais elevada, seguido pelo de escolaridade mais baixa. Entre as mulheres, foram as de escolaridade mais baixa as que experimentaram o maior crescimento nas suas taxas de desemprego.

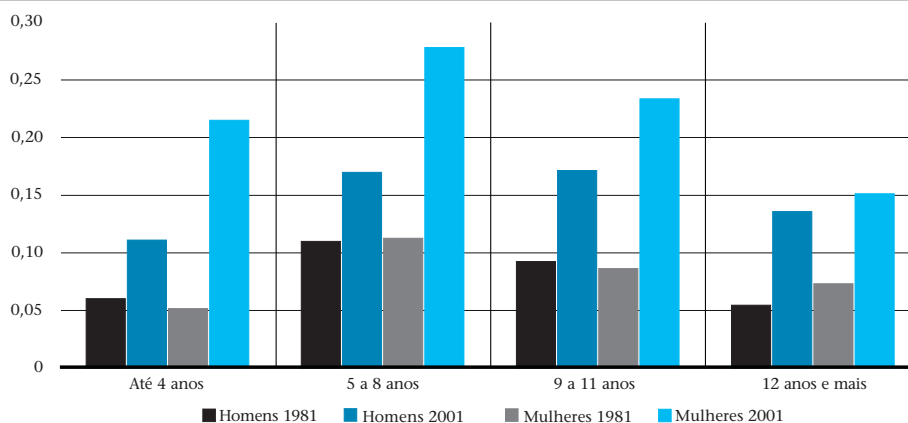
Além de experimentar taxas mais elevadas de desemprego, os ajustes no mercado de trabalho nas últimas duas décadas resultaram também em uma informalização maior da força de trabalho jovem. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações So-

GRÁFICO 8
TAXAS DE DESEMPREGO POR IDADE INDIVIDUAL E SEXO — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNAD de 1981.

GRÁFICO 9
TAXAS DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA POR ANOS DE ESTUDO — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

ciais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, a redução nas ocupações formais foi mais acentuada para os jovens. Entre 1989 e 2001, foram destruídos 950 mil postos de empregos formais para trabalhadores com idades entre 15 e 24 anos. Por outro lado, foram criados 3,7 milhões de postos para o restante da população. Já a população de 25 anos e mais cresceu 35% e o emprego formal desse grupo aumentou 20% nesse período. A população jovem cresceu 32% e o número de jovens em empregos formais caiu 14,8%.

A Tabela 6 reforça os resultados obtidos com os dados da Rais mostrando o processo do ponto de vista da declaração dos jovens para as PNADs de 1981 e 2001. Estes também apontam para o mesmo sentido dos registros da Rais, no que se refere à redução dos jovens empregados com carteira nas duas faixas etárias. As maiores reduções foram observadas para a população mais jovem (15-17 anos) e para as mulheres.

O perfil das categorias de ocupação mais frequentes entre os jovens pouco se alterou nos 20 anos considerados. A mudança mais marcante para ambos os sexos foi a redução da importância relativa das categorias relacionadas a atividades agropecuárias e o aumento da importância das categorias relacionadas ao comércio, refletindo as transformações observadas na esfera produtiva. Observa-se também que a maior demanda pe-

los jovens do sexo masculino continua a se dar em atividades pouco qualificadas e mal remuneradas, em que os principais requisitos residem na própria “força” da juventude. Por outro lado, as jovens mulheres, embora em proporções decrescentes, continuam predominantemente ocupadas em atividades domésticas.

5. Considerações finais

Do que foi visto, pode-se concluir que, nos 20 anos de análise, a transição da adolescência para a vida adulta ficou mais difícil, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho.

Embora ganhos substanciais nos níveis de escolaridade tenham sido observados, as taxas de atividade dos homens jovens diminuíram, as de desemprego cresceram muito, principalmente entre as mulheres, e as relações de trabalho ficaram mais informais. A inserção no mercado de trabalho ficou mais difícil para todos os segmentos populacionais, mas esta dificuldade foi mais intensa para os jovens.

As mulheres iniciam o processo de formação de suas famílias mais cedo do que os homens. Isso, por outro lado, é menos afetado pela sua participação no mercado de trabalho, mas, por outro, afeta a participação futura.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E SEXO — BRASIL, 1981 E 2001

	EMPREGADO COM CARTEIRA		EMPREGADO SEM CARTEIRA		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR		NÃO-REMUNERADO	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
HOMENS										
15-17	22,0	11,9	43,9	49,7	5,9	6,8	0,1	0,1	28,2	31,4
18-19	33,4	34,1	39,9	41,4	9,0	9,9	0,3	0,4	17,4	14,2
20-24	49,6	46,9	27,2	31,8	13,9	13,5	1,1	1,5	8,2	6,4
15-24	43,7	43,5	19,9	19,0	29,6	29,7	5,8	6,6	1,0	1,2
MULHERES										
15-17	21,4	15,1	50,3	58,4	6,6	6,3	0,0	0,1	21,6	20,1
18-19	39,9	39,3	39,6	46,2	6,4	5,8	0,0	0,2	14,1	8,5
20-24	52,4	47,5	29,2	37,1	8,9	8,4	0,3	0,8	9,2	6,2
15-24	38,1	44,8	24,7	25,2	25,1	19,3	1,3	3,2	10,7	7,5

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 7
CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO COM MAIOR FREQUÊNCIA ENTRE OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS — 1981 E 2001

PROPORÇÃO	PROPORÇÃO		ANOS DE ESTUDO		REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)
	1981	2001	1981	2001	2000
HOMENS					
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	27,3	18,0	2,6	4,3	89,04
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	6,4	4,3	9,0	10,2	365,08
LOJISTA	5,6	7,9	6,3	8,5	263,40
SERVENTE DE PEDREIRO	4,9	5,2	3,4	5,7	198,68
TRABALHADOR BRAÇAL SEM ESPECIFICAÇÃO	4,8	4,4	2,8	5,7	195,92
PRODUTOR AGROPECUÁRIO AUTÔNOMO	4,2		2,4		
PORTEIRO, VIGIA, SERVENTE	3,6	4,1	5,6	7,8	269,58
MECÂNICO SEM ESPECIFICAÇÃO	3,0	3,1	5,7	7,8	286,49
PEDREIRO	2,6		3,9		
MOTORISTA	2,3	2,3	5,6	7,9	460,72
OUTRAS OCUPAÇÕES OU OCUPAÇÕES MALDEFINIDAS		5,5		8,1	282,85
GARÇOM		2,3		7,7	240,57
MULHERES					
EMPREGADA DOMÉSTICA	25,1	22,0	3,7	6,5	140,11
TRABALHADORA AGROPECUÁRIA	16,2	6,5	2,8	5,0	33,27
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	14,4	13,7	9,8	10,7	342,36
LOJISTA	6,9	12,8	7,2	9,6	249,30
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	4,5	4,0	9,4	11,4	289,57
COSTUREIRA	4,0	3,0	5,5	8,4	235,13
CAIXA	2,5	3,2	8,8	10,4	295,30
OUTRAS OCUPAÇÕES OU OCUPAÇÃO MALDEFINIDA	2,4	3,8	7,9	10,8	286,10
GARÇONETE	1,8	3,6	4,8	8,0	187,29
PORTEIRA, VIGIA, SERVENTE	1,5		4,8		
VENDEDORA AMBULANTE		2,4		7,6	147,00

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

Obs.: A compatibilização das categorias de ocupação foi feita de acordo com o algoritmo desenvolvido por Valéria Pero utilizado na sua tese de doutorado.

Já as dificuldades enfrentadas pelos jovens do sexo masculino na sua inserção têm levado a uma proporção elevada de jovens vivendo ainda com os pais. Quer dizer, retardando o processo de formação de suas famílias. Ressalte-se, no entanto, que os domicílios de jovens são os que se encontram em piores condições de vida comparados aos demais domicílios.

A literatura fala de uma estreita relação entre as etapas do ciclo familiar e o nível de pobreza [Goldani (1999) e Arriagada (1998)]. As famílias mais vulneráveis são, em geral,

as formadas por casais jovens com filhos pequenos. Observou-se que nos domicílios de jovens encontra-se um número maior de pessoas que não trabalham e uma dependência maior da renda do chefe. Por outro lado, o momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com conseqüente menor tempo de vida profissional, os leva a uma renda mais baixa. Embora seja esperado que esses domicílios experimentem piores condições de vida, tal fato e as dificuldades crescentes na inserção no mercado de trabalho colocam novos desafios para as políticas públicas.

Com as restrições orçamentárias crescentes vividas pelo setor público, como assegurar/possibilitar, na transição posterior, de retorno à inatividade característica da velhice, condições dignas de vida? Em um ambiente econômico e social cada vez mais instável, em que condições esses jovens criarão seus filhos? Foi visto que a maior parte das jovens que tiveram filhos encontra-se nos domicílios mais vulneráveis. Essas jovens mulheres e mães não estudam e nem trabalham.

BIBLIOGRAFIA

ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas: convergencias y divergencias de modelos y políticas. *Revista de la Cepal*, n. 65, Ago. 1998.

BERCOVICH, A. M. F. *Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo*. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: Abep, 1990.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 15, v. 2, p. 45-66, jul.-dez. 1998.

CAMARANO, A. A. *et alii*. Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro: IPEA, n. 17, p. 31-38, nov. 2001.

GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil*, p. 25-69, 1999.

SALM, C. Mercado de trabalho brasileiro: uma visão prospectiva. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília: Abep, n. 1, p. 83-86, 1992.